

A PRÉHISTÓRIA DAS BANDEIRAS

SERGIO BUARQUE DE HOLANDA

I.

Convidado a participar do "Seminário de Estudo das Fontes Primárias para a História de São Paulo", organizado pelo Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, e incumbido de dissertar sobre a expansão paulista no século XVI, pareceu-me a princípio que a fixação de limite tão preciso se ajustava mal ao tema proposto.

Não creio que os acontecimentos históricos possam enquadrar-se com rigor entre balizas cronológicas caprichosamente fixadas. No Brasil, em particular, o quinhentismo não morre em 1600. E a história das bandeiras só principia, a bem dizer, mais tarde, com o governo de d. Francisco de Sousa.

Neste sentido, as entradas de Brás Cubas e Luis Martins, as guerras de Jerônimo Leitão, as sondagens de minas dos dois Sardinhas, que se situam no século XVI, seriam movimentos preliminares para as grandes investidas posteriores. Mas movimentos nascidos de circunstâncias aparentemente fortuitas e desconexas, que não bastam, por si sós, para explicar a vocação expansionista dos antigos moradores da capitania de S. Vicente. Considerados sem referência àqueles sucessos mais tardios, eles seriam talvez comparáveis às entradas que, pela mesma época, aproximadamente, ocorreram em outras áreas da incipiente América Portuguesa; na Bahia, no Espírito Santo, no Nordeste...

Contudo essa vocação já existia de modo inconfundível. Para compreender todo o seu alcance é excusado considerar tal ou qual episódio particular ocorrido durante a segunda metade do século XVI. Nem as jornadas de Brás Cubas e Luis Martins, nem as campanhas de Jerônimo Leitão, nem os descobertos de Afonso Sardinha chegam a fornecer o ponto de partida ideal para uma visão de conjunto da obra dos bandeirantes. Para tanto será preciso um maior recuo, até atingir as primitivas navegações costeiras que revelaram como destas terras austrais seria possível, e relativamente fácil, o acesso ao coração do continente e mesmo às fabulosas cordilheiras do extremo ocidente.

Não foi certamente por uma casualidade que Martim Afonso, tendo corrido toda a costa dos domínios portugueses, obteve seu quinhão nestas terras, quando se instituiu o regime das capitanias. Ou que os jesuítas, comandados por Nobrega, dedicariam uma atenção toda especial a São Vicente, principalmente ao sertão de São Vicente, caminho do Paraguai e do Peru.

Sabe-se que, por muito tempo, a faixa litorânea que se estende para o sul de Cananéia recebera dos navegantes o nome de "costa do ouro e da prata", assim como certa região, muito mais ao norte, tivera a denominação de "costa do pau Brasil". As notícias levadas à Europa pelos homens da expedição de d. Nuno Manuel, ocorrida por volta de 1514, sobre um misterioso povo serrano que trazia "ouro batido à maneira de arnés e adiante do peito", segundo se lê na "Nova Gazeta Alemã", o machado de prata colhido nessas paragens pela mesma expedição, as lendas do "Rei Branco", transmitidas pela gente de beira-mar aos marujos castelhanos e portugueses, devem ter influído largamente para isso.

Dois anos após a viagem de d. Nuno, em 1516, João Diaz de Solís era morto traiçoeiramente pelos índios no litoral platino, em frente à ilha de Martín García. Diante desse trágico sucesso, as três caravelas de sua armada decidiram regressar à Espanha. Uma delas, porém, veio a naufragar nas proximidades da ilha de Santa Catarina, ou seja, no chamado porto dos Patos, salvando-se, entre outros, quatro tripulantes, que se tornariam, cada qual ao seu modo, os grandes arautos do povo serrano, do Rei Branco e de suas riquezas sem par. Chamavam-se eles Melchor Ramirez, Enrique de Montes, Francisco de Chaves e Aleixo Garcia.

Ramirez e Montes permaneceriam em Santa Catarina, onde os recolheria, dez anos depois, a armada de Sebastião Caboto. Francisco Chaves fixa-se mais ao norte, no porto de Cananéia, e ali o encontraria Martim Afonso, em 1531, ao lado do celebre "bacharel" e de outros europeus, naufragos ou degredados. A Aleixo Garcia, finalmente, caberia, com sua marcha memorável até aos contrafortes andinos, confirmar a existência das terras lendárias no sertão longínquo.

Sacrificado, embora, pelos índios Guaraní, ao chegar, no regresso, às margens do rio Paraguai, Garcia tivera tempo de mandar emissários à Santa Catarina com notícias e amostras do metal achado. Em carta de um dos componentes da armada de Caboto diz-se que, ao encontrar-se o comandante com Melchor Ramirez, este lhe fizera entrega de algumas peças de ouro que conserva em seu poder e se propusera levar, em promessa, à Virgem de Guadalupe, se regressasse são e salvo à Espanha.

A jornada de Aleixo Garcia foi, durante longo tempo, objeto de dúvidas e controversias. A primeira fonte conhecida dessa extraordinária façanha foi La Argentina de Rui Diaz de Guzman, escrita antes de 1612. Ainda em 1911, ao publicar no tomo IX dos Anales de la Biblioteca de Buenos Aires, sua edição crítica dessa famosa crônica, Paul Groussac admitia-a com prudente discrição. E não poderia ser de outra forma, dados os numerosos enganos e os exageros patentes que encerra a narrativa. Retificada esta, porém, à luz de outras fontes documentais, como a Carta de Luis Ramirez, o Memorial de Diego Garcia (onde se diz que Aleixo era um dos seus, "uno de los míos", querendo talvez significar que era seu parente), as declarações de Caboto, varias cartas de Irala que se acham inseridas em apêndice ao livro de Lafuente Machain sobre esse governador do Paraguai, os Comentários de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca tornam inevitável admitir-se que a expedição se realizou com efeito, tendo saído de Santa Catarina — e não de São Vicente como dissera Guzman, nem de Cananéia, como o presumem outros — para atingir o território de Charcas.

O empreendimento desse português refletiu-se no próprio desenvolvimento étnico de vasta região sul-americana, conforme o demonstram Briand Nordenskiöld especialmente, em trabalho publicado no ano de 1917 na Geographical Review de Nova York, com o título de "The Guaraní invasion of the Inca Empire in the sixteenth century", e A. Métraux, em Migrations Historiques des Tupi-Guarani (Paris, 1927). Este último autor, nos seus "Etudes sur la civilisation des Indiens Chiriguano", publicados no tomo I, fascículo 3.º da Revista del Instituto de Etnología de la Universidad Nacional de Tucumán, em 1930, diz textualmente, referindo-se à expedição de Garcia, que "esse episódio da conquista, tão estreitamente associado a um fenómeno étnico, surge hoje como acontecimento capital, cuja repercussão sobre o desenvolvimento das províncias do Rio da Prata foi considerável".

Não terá sido menor a influência exercida por essa proeza sobre a colonização portuguesa do litoral sul do Brasil. As informações levadas à Espanha pela gente da armada de Caboto constituíram, como se sabe, um dos incentivos para a ocupação da região platina. E é interessante notar que Enrique Montes, um dos naufragos da viagem de Solís, tendo tornado à Europa nessa armada, voltará pouco depois a estas terras na expedição de Martim Afonso, quem serviria como língua e guia. Anima-o, sem dúvida aquele entusiasmo com que, dirigindo-se à gente de Caboto, segundo o testemunho de Anton Falcon de Colibia, publicado por Toribio Medina, dissera que "nunca homens foram tão bem afortunados como os da dita armada, porque diziam que havia tanta prata e ouro no rio de Solís que todos seriam ricos, e tão rico seria o pagem como o marinheiro, e da alegria que tinha o dito Enrique Montes quando aquilo dizia e mostrando as contas de ouro, chorava".

Outro naufrago, Francisco de Chaves, o mesmo que se estabeleceu na Cananéia com o bacharel, aparece no Diário da Navegação de Pero Lopes de Souza a propósito da jornada que mandou o capitão terra adentro, em busca do metal precioso, porque, declara "o dito Francisco de Chaves se obrigara que em 10 meses tornara ao dito porto com 400 escravos carregados de prata e de ouro".

SBH
Pi 55 P14
13

Estado de São Paulo
48/04/04
p. 11

A pré-história das bandeiras

SERGIO BUARQUE DE HOLANDA

II

Cronologicamente, a primeira grande "entrada" paulista salu de Cananéia a 1 de setembro de 1531 sob a chefia de Pero Pinheiro Lobo, com quarenta besteiros e quarenta espingardeiros. O que se sabe acerca de sua partida, de seus propositos e da esperança que nela depositava Martin Afonso, vem contado no Diario da Navegação de Pero Lopes. O resto da historia pode-se deduzir de uma passagem das "Atas da Camara da Vila de São Paulo", relativa a abril de 1585, onde se narram as tropelias praticadas pelos indios carijós contra os portugueses, "pella qual matança que así fizerao e fazem cada dia está mandado tempo a pollo sor martin afonso de souza que som da gloria azo que lhe fizessé guerra quando se desta terra foi por lhe matarem oitenta homens que mandou pella terra a dentro a descobrir e pera a dita guerra deixou a ruy pinto e a pero de goes fidalgos e se então não se fez foi por a gente desta capitania hiré a guerra aos de yguabe e por la mataró mta. gente se desiez a dita guerra e até agora não ouve oportunidade para se poder fazer como agora..."

Verifica-se por aí como a entrada de 1531 pôde ser associada ás guerras de Jeronimo Leitão, que deveriam ocorrer meio seculo mais tarde. Ao lado das fontes indicadas para o estudo da entrada de Pero Lobo Pinheiro (o "Diario", sobretudo, e as "Atas da Camara") fornecem pormenores a respeito as crônicas de Herrera, de Oviedo e as Comentarhos de Cabeza de Vaca, redigidos pelo escrivão Pero Hernandez. Nesta ultima obra lê-se que, entre o rio Iguaçu e o Paraná "mataron los indios a los portugueses que Martin Afonso envió a descubrir aquella tierra; al tiempo que pasaban el rio em canoas, dieron los indios y los mataron". Temos, dessa forma, um resumo completo do que foi a expedição de Pero Lobo.

A jornada de Aleixo Garcia, apesar do tecido de fabulas e exageros que desde o inicio a envolvera, serviu, assim, para indicar que da costa sul do Brasil, especialmente da parte que vai do litoral de Santa Catarina á Cananéia, seria possível chegar-se ao Peru por terra. Suspeita que encontraria, bem cedo, outros testemunhos que a corroborassem. Entre eles o dos curiosos "Apontamentos" que certo Diogo Nunes ofereceu a D. João III sobre a viagem que realizara ás terras da America, tendo andado no Peru e participado, em 1538, da expedição de Mercadillo á provincia de Machifaro, junto ás cabeceiras do Amazonas e ao país dos Amagua.

Nesse documento, redigido por volta de 1554, que Varnhagen encontrou na Torre do Tombo e publicou pela primeira vez na Revista Trimensal do Instituto Historico, diz-se que da referida provincia peruana se podia ir á costa do Brasil pelo Amazonas. E acrescenta-se (cito através da versão publicada na Historia da Colização Portuguesa no Brasil, vol III): "Tambem poderei ir por são Vicente atraveçando pelas cabeçadas do Brasil, tudo por terra firme, porem há muita terra que andar..."

Varnhagen tentou identificar o redator desse documento com certo Diogo Nuñez de Quesada, que em 1544 andava em Lisboa, de volta do Peru, onde ajuntara grosso cabedal. Capistrano de Abreu, em nota á Historia Geral do Brasil, mostra, no entanto, o infundado dessa tentativa. A seu ver o Diogo Nunes dos "Apontamentos" seria o mame-luco levado do Brasil por Tomé de Souza, mencionado em uma carta que o embaixador Luiz Sarmiento de Mendoza escreveu de Lisboa, no ano de 1553. Esse mame-luco, filho de um português, tambem viera do Peru ao Brasil, trazendo noticias de muito ouro e prata. Como argumento em favor dessa identificação, observa Capistrano de Abreu que "é mais facil existir no mesmo tempo, no mesmo lugar, com os mesmos planos, um só homem que dois". E ainda aventura mais esta hipotese: "Se Diogo Nunes descendia de pal português e mãe india, é provavel que fosse natural da capitania de São Vicente".

Todas essas razões dariam, talvez, de que pensar, se não houvesse outro documento, aparentemente inédito, entre os que Rodolfo Schuller copiou em Sevilha e Simancas

para varias bibliotecas, inclusive a Library of Congress e a Nacional, do Rio de Janeiro. Trata-se de uma "relação" que Martin de Orue escreveu, em setembro de 1554, sobre o que lhe fora dado ver e observar em Portugal para o Conselho de Sua Magestade o Imperador. Nela deparamos o seguinte trecho: "Del peru vino por el año pasado un pasajero natural portugues que se dize domyngo nunes natural de moron ques Junto ala Raya de Castilla el qual trajo de veynte a treynta myll ducados este andado persuadiendo al Rey por una conquysta por el (Brasil) para por ally entrar a las espaldas de cuzco..."

Essa passagem deixa poucas duvidas sobre o assunto. A dificuldade principal para a identificação entre o Nunes natural de Mourão, junto ás ralas de Castela, e o dos "Apontamentos", ou seja a diferença nos prenomes, torna-se de pouca monta quando pensamos que "Domingo" e "Diogo" são palavras que se podem eventualmente confundir e que, quando abreviadas, segundo uso generalizado na época, não apresentam diferença alguma.

A "Relação" de Orue, que em outros passos oferece alguns subsidios apreciáveis para o estudo das primitivas comunicações por terra firme entre São Vicente e o Paraguai, é por isso mesmo de excepcional valor para a historia dos indices da expansão paulista. Seu autor tinha longa pratica das coisas da America, especialmente do Paraguai, onde andara por mais de uma vez, durante anos consecutivos. Dele afirma Lafuente Machain que foi dos "conquistadores de maior influencia da incipiente colonia". É estranho que esse historiador, tão metuculoso no resenhar as atividades de tal personagem, em seu livro "Los Conquistadores del Rio de La Plata", não diga sequer uma palavra acerca de sua importante missão secreta em Lisboa. A respeito existem, no entanto, duas cédulas reais perfeitamente claras. A primeira, datada de 21 de abril de 1554, discrimina o que haveria de fazer o referido Orue "con la mejor diligencia que pudiere" durante sua jornada a Lisboa. A outra, de 9 de agosto do mesmo ano, é uma carta de recomendação ao embaixador Luiz Sarmiento de Mendoza. O espião deveria entregá-la, caso o julgasse necessario, sem prejuizo para sua missão.

Na "Relacion" de Orue trata-se não somente da armada de Luis de Melo, que depois se perderia na costa norte do Brasil, como ainda das pretensões dos portugueses de São Vicente sobre a região do rio Piquiri e sobre a propria Assunção. São Vicente tornara-se já então, depois do Porto dos Patos e da Cananéia, um dos grandes centros de penetração do continente, a partir do litoral atlantico. Dos Patos saíra Aleixo Garcia e saíra mais tarde Cabeza de Vaca. Ambos subiram o atual rio Itapucu rumando para terras do atual Estado do Paraná e sabe-se que o Adelantado, servindo-se de guias indigenas, seguiu o itinerario de seu antecessor. Esse itinerario acha-se descrito nos "Comentarhos" de Pero Hernandez e sobre ele discorre, com sua habitual segurança, o barão do Rio Branco á p. 224 do segundo volume da "Exposição" acerca dos limites com a Argentina, reproduzindo-o, tambem, em mapa inserto no quinto volume da mesma obra.

Tudo indica que, em algum ponto dessa via devesse desembocar o caminho que tinham percorrido, partindo de Cananéia, os expedicionarios de Pero Lobo Pinheiro. Do contrario explica-se mal o fato da gente de Cabeza de Vaca ter transitado pelo mesmo local onde, dez anos antes, se verificara o trucidamento daqueles expedicionarios e encontrado, á altura do Tibagi, um indio recém-convertido, chamado Miguel, natural da costa do Brasil, e que voltava á sua terra, depois de ter vivido muitos anos entre os espanhóis de Assunção. Desse Miguel dirá mais tarde Irala, em documento publicado por Machain, que seguira "por el camifio que garcia vino".

Tambem existem muitas probabilidades de que a via de São Vicente a Assunção, aberta, segundo parece, no ano de 1552, ou pouco antes, fosse um dos galhos dessa mesma estrada. Não há prova de que antes da vinda de europeus tenha sido ela correntemente utilizada em todo o seu curso pelos Tupi vicentinos. Ao menos em certa informação que, depois de 1554, escreveu no Paraguai d. Mencia Calderon, viuva de Juan de Sanabria, e que foi publicada por Carlos Morla Vicuña em seu estudo historico sobre o descobrimento e conquista da Patagonia e da Terra do Fogo, lê-se que "de São Vicente se podia ir aqueia cidade "por cierto camifio nuevo que se habla descubierto". Esse "camifio nuevo" é sem duvida, com alguma ligeira variante, o mesmo que trilhariam, um seculo mais tarde, numerosos bandeirantes, para seus assaltos ao Guairá.

(Continua)

Estado de São Paulo

48/07/06

p. 2

SB#

Pi 55

2/3

A pré-história das bandeiras

IV — AS PEÇAS DA TERRA

SERGIO BUARQUE DE HOLANDA

Entre as mercadorias que os castelhanos de Assunção traziam por terra para vender no porto de São Vicente nos anos de 1552-53, deviam ter papel considerável as índias domesticadas no Paraguai. Índias, não índios, é o que se lê na maioria dos documentos conhecidos, e a precisão é importante, porque reflete de algum modo o próprio sistema de colonização e organização do trabalho estabelecido desde muito cedo naquelas terras platinas.

Em certa relação ainda inédita acerca "de las ciudades de la gobernación del Paraguay y de sus indios" redigida pelo ano de 1620 e que se encontra entre os manuscritos da preciosa coleção De Angelis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, diz-se expressamente da fundação de Assunção, que resultou menos da ocupação violenta do que de um trato amistoso, pelo qual os naturais do lugar se entregaram à proteção dos brancos, cedendo-lhes, em troca, suas mulheres, suas filhas e suas parentas para serviços domésticos e roceiros. Era, em suma, o processo então chamado do "cunhadio", princípio e origem da própria povoação que se tornaria o centro da expansão castelhana em terras do Paraguai e do Prata, segundo consta expressamente do citado manuscrito: "La fundación de esta Ciudad fue mas por via de cunhadazgo que de conquista..."

Espanhóis e índios chamavam-se reciprocamente de cunhados, e como cada europeu tinha muitas mancebas nesse "Parayso de Mahoma", toda a parentela acudia a servir ao cunhado quando necessario, honrando-se com o novo parente. Podiam assim, os brancos, viver sua vida farta e folgada, desfrutando de abundante mantimento e contentando-se, para o vestuário, com algum pano de algodão, da terra, tingido de preto.

O recurso em grande escala ao trabalho rural feminino, que alem do mais não fazia tradições indígenas, pôde, assim, implantar-se nas províncias do Prata. Suas vantagens eram particularmente manifestas nas conquistas de Castela, pois constituia um modo suave de se quebrantar o rigor das leis de proteção ao gentio amigo. Em São Vicente, onde os regulamentos sempre foram mais frouxos neste ponto, o sistema introduzido no Paraguai nunca chegaria a generalizar-se amplamente. Mas a docilidade dos guaranis ou carijós dos dois sexos, porventura maior do

que a dos tupis da costa, tornava-se um atrativo para a cobiça dos portugueses e mamelucos. A palavra "carijó" tornou-se logo, entre eles, sinonimo de indio manso ou domestico, applicavel indiscriminadamente aos de qualquer procedencia, e nesse sentido deveria prevalecer, em São Paulo, até ao seculo XVIII.

Em alguns casos não hesitavam os vicentistas em sair a buscá-los no litoral catarinense. A lembrança do assalto á bandeira de Pero Lobo, que longo tempo ainda seria comentada entre eles, podia servir de pretexto facil e justificacão para qualquer violencia. A guerra transformava-se desse modo em justa guerra, e portanto licita, segundo as leis consagradas. Reunidos aos tupis da costa, seus amigos e compadres — inimigos, por outro lado, dos carijós — começaram por ir fazer suas investidas no litoral ao sul de Cananéia. Em uma das relações do piloto Sanchez, datada de 1559 (?), de que ha copia na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, diz-se da ilha de Santa Catarina que se achava despovoada, "por causa que los portugueses y sus amigos ysieron muchos saltos en las yndias naturales y an destruydo todos los yndios de la costa de la mar que eran amigos de los vasallos de su magestad".

Num ataque praticado por certo navio de Pasqual Fernandes, que foi dos primeiros donos das terras onde se erigiu a vila de Santos, e outro de Martim Vaz, este morador na capitania de Ilheus, foram capturados todos os índios e alguns espanhóis que moravam na Laguna. Entre estes o proprio frei Alonso Lebron, antigo morador do lugar, que, juntamente com outro franciscano, acompanhara Cabeza de Vaca na famosa entrada do Adelantado. Carregados para São Vicente — isso tudo no ano de 1548 — foram postos em liberdade pelo então loco-tenente do governador da capitania. Brás Cubas. Mas frei Alonso, que era homem temoso, não se conformou com as providencias: espalhou os índios pelas casas de alguns vizinhos e embarcou-se para a Europa a fim de apresentar queixa. Como dois anos mais tarde ainda não estivesse de volta, supôs-se que teria sido aprisionado por corsarios.

Os assaltos aos carijós do litoral sul, e mais tarde os resgates mais ou menos pacíficos, resultaram no despovoamento de toda aquela re-

gião. Deles dá longa noticia, em 1609, uma carta do governador Hernandarias de Saavedra, que se publicou em 1937 no tomo I da Revista de la Biblioteca Nacional de Buenos Aires. Nesse documento resuscita Hernandarias o velho projeto de alguns conquistadores no sentido de se formar uma povoação castelhana na costa de Santa Catarina, por onde se comunicassem mais facilmente com a metropole os moradores da região mediterranea em torno de Assunção. Propunha entre outras coisas que sua majestade mandasse despovoar o vilarejo que os portugueses tinham começado a fazer na Cananéia, porque, diz, "de mas de que aquello esta en la corona de Castilla y no en la de Portugal y ellos pretenden yrse entrando se euitara el yr lleuando tanta gente desta prouincia del Biaça al Brasil della resgatada y della a fuerça de armas y los tienen y auenden por esclauos y tienen este nombre entre ellos".

Da maneira pela qual faziam os vicentistas esses resgates ha descrição circunstanciada e de vivo interesse em uma Relação do padre Jeronimo Rodrigues, redigida entre 1605-1607 e pela primeira vez publicada entre as Novas Cartas Jesuíticas de Serafim Leite.

Pode-se bem imaginar a importancia que por meados do seculo XVI já teriam na vida economica da Capitania de Martim Afonso, esses índios e índias já mansos e domesticos, trazidos "de pazes" pela via terrestre que comunicava Assunção a São Vicente. Entre os que vinham para embarcar de regresso á Europa, firmou-se o costume de contarem com a venda de peças carijós, no porto, para o pagamento da viagem marítima. E' este o caso, por exemplo, do proprio Ulrico Schmidl. Em uma carta de Juan de Salazar datada de Santos em 30 de junho de 1553, e que foi publicada por Edmundo Wernicke, segundo copia tirada do Arquivo de Sevilha, diz-se que o alemão trazia em sua companhia um escravo, que haveria de vender ao piloto por seu frete. E' bem provavel que fosse esse um entre os muitos índios que ele e seus companheiros teriam negociado no Brasil ou levado á Europa, pois no proprio livro de Schmidl diz-se que vieram em sua companhia cerca de sessenta carijós da cidade de Assunção. E algumas paginas adiante conta-se como lhe morreram em Portugal dois "escravos", que levava das terras da Ame-

rica. De certo espanhol que viajava com o sargento-arcabuzero no mesmo barco, refere Salazar que tambem levava consigo um indio e este ficaria em Lisboa com o piloto, se não lhe fosse paga a quantia de vinte ducados.

Consta ainda da mesma carta de Juan de Salazar que o trafico de escravos se fazia livremente em São Vicente, e aqueles que os vendiam alegavam, e provavam-no, que os tinham recebido das autoridades do Paraguai, inclusive do proprio governador Domingos de Irala. Contra tamanhos abusos protestara vivamente Salazar junto ao governador e ao provedor Brás Cubas, vedando que não fossem levados directos desses índios, que eram na sua maior parte guaranis domesticos, por isso mesmo suditos e vassallos de sua majestade. Em resposta diziam-lhes com grande rancor, que não conheciam outro rei alem do seu, e que o Rio da Prata, assim como o Paraguai eram das terras da Coroa de Portugal.

São Vicente tornara-se para os espanhóis lugar obrigatorio de transito, e a via terrestre entre o porto brasileiro e o Paraguai, a mais curta para os que se destinavam ao Velho Mundo. Em uma carta de poderes que ao capitão Nufrio de Chaves concedeu em 1555 Domingos de Irala e que se pode ler em apêndice ao livro de Lafuente Machain sobre esse conquistador, ha noticia de como o genovês Bartolomeu Justiniano trouxera da Espanha provisões e despachos para que "mäs brevemente por la via de portugal y costa del brazil pudiesen venir a mi poder...". Os productos que, na volta, levavam, eram principalmente tecidos importados e ferragens. Alguns tentaram levar tambem algumas cabeças de gado, mas os moradores da terra não queriam vender seus bovinos nem a peso de ouro e prata, enquanto não tivessem para isso licença especial de seu rei. Só mais tarde iriam ás escondidas "as sete vacas do Gaete", origem, segundo alguns, dos primitivos rebanhos paraguaios e platinos. O que aparentemente interessava aos vicentistas da epoca era menos o ouro do que a mão-de-obra para a faina rural. Para obtela, não só entravam em relações com os viajantes espanhóis, mas tambem saíam a busca-la, por sua propria conta e risco, através do caminho terrestre de Assunção.

(Continua)

48/4/M

O Estado de São Paulo

p. 6

SBH

pi 55

3/3